



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**Avaliação Institucional: projeto de implantação em uma escola
municipal de Itamarandiba**

RAQUEL DIAS GOMES

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**Avaliação Institucional: projeto de implantação em uma Escola
Municipal de Itamarandiba**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do curso de Especialização (latu Sensu) em Gestão Escolar sob orientação da Professora Aline Gabriele Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Raquel Dias Gomes

Avaliação Institucional: projeto de implantação em uma Escola Municipal de Itamarandiba

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em..... de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a. Aline Gabriele Pereira – Orientadora

Prof^a. Raquel Dias Gomes - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo Ailton, aos meus filhos Diego, Rayra e Eduardo, ao papai e mamãe pela paciência e carinho que tiveram comigo neste percurso. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu a força necessária para dar este grande passo na minha vida em busca de aperfeiçoamento humano e profissional.

A minha família que esteve sempre ao meu lado dando todo o apoio que precisei.

Aos meus irmãos que me acolheram na sua casa durante o presencial.

As minhas colegas de curso que dividiram tantos momentos bons comigo.

Aos professores do curso que me passaram tanto conhecimento.

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.”

Immanuel Kant

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com base na análise do Projeto Político Pedagógico de uma escola no município de Itamarandiba com o objetivo de buscar respaldos teóricos para realizar na escola uma Avaliação Institucional promovendo a gestão democrática e a garantia da qualidade do ensino para seus alunos. Foram estudados vários textos que evidenciaram alguns aspectos importantes que a escola poderá usar na implementação da Avaliação Institucional. iniciando com a participação do aluno, mas não se atendo a ele como elemento único, sendo necessário considerar também aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico. E posteriormente decidir que medidas, que ações desenvolver a partir do conhecimento dos resultados, incorporando a cultura democrática à instituição promovendo a qualidade da educação na escola.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Gestão Democrática; Projeto Político-Pedagógico.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO:..... | 8 |
| 2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 9 |
| 3. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR..... | 11 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 17 |
| REFERÊNCIAS :..... | 17 |
| ANEXO: Projeto Político Pedagógico..... | 19 |

1. INTRODUÇÃO:

O tema escolhido para a presente pesquisa é um referencial de grande importância na garantia de resguardar os direitos do educando e a democratização da escola. Nas linhas abaixo temos um demonstrativo de como este tema em parte é abordado pela escola pesquisada.

A avaliação da aprendizagem dos alunos desta instituição é realizada pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica, levando em consideração todo o desenvolvimento do educando; assumindo um caráter processual, formativo e participativo visando não só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos.

Um dos métodos usados pelos professores é a avaliação da aprendizagem feita diariamente ou no final de cada aula com o objetivo de haver uma intervenção imediata. Outro método de avaliação usado pela escola é a avaliação bimestral onde é verificada a consolidação das competências trabalhadas no bimestre e novamente acontece a intervenção pedagógica de acordo com a dificuldade de cada aluno. O rendimento dos alunos dessa instituição também é avaliado pelas avaliações externas: PROALFA, PROEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil.

Mesmo com toda a intervenção pedagógica, os resultados das avaliações externas, que também seguem o mesmo padrão de resultados das avaliações internas, ainda não são satisfatórios.

No entanto, de acordo com Sousa (1999), a avaliação da instituição não pode se definir no “sucesso” ou “fracasso” do aluno isoladamente. Tradicionalmente, a avaliação que se realiza de modo sistemático na escola é a direcionada para o aluno, sem que os resultados dessa avaliação sejam referenciados ao contexto em que são produzidos. Entretanto, os resultados da avaliação da aprendizagem não devem ser vistos como resultados individuais do estudante, mas sim, vistos a partir do trabalho realizado na instituição como um todo, bem como do contexto em que ela se insere, através da avaliação institucional.

De acordo ainda com Souza et al. (2005a),

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem, [...] serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da

aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional (SOUZA et al., 2005a, p.1).

Dessa forma este trabalho será realizado com o objetivo de buscar respaldo teórico que permita organizar a escola, localizada no município de Itamarandiba, Minas Gerais, para construir um processo de avaliação institucional, iniciando com a participação do aluno, mas não se atendo a ele como elemento único, sendo necessário considerar também aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico. E posteriormente decidir que medidas e ações desenvolver, a partir do conhecimento dos resultados, incorporando a cultura democrática à instituição.

Duas ressalvas importantes, necessárias ao início desta organização da avaliação Institucional, são feitas pelos autores Souza et al. (2005a):

A primeira diz respeito ao fato de que este processo de avaliação institucional e a ampliação do controle social não podem estar desconectados da participação das pessoas que “fazem” a escola todos os dias: alunos e seus familiares, diretores e pedagogos, professores e funcionários. [...] A outra ressalva está relacionada com o fato de que o controle social não pode colocar apenas alguns elementos, ações ou pessoas na condição de avaliados. A idéia de que os alunos são os “clientes” da escola, a ponto de os identificarmos coletivamente como “clientela” e os compreendermos de forma sinônima aos clientes do mercado, é por demais inadequada ao princípio da educação pública (SOUZA et al., 2005a, p.4).

Esta pesquisa será bibliográfica com base no referencial teórico da biblioteca virtual do Curso de Especialização em Gestão Escolar UFMG/MEC¹ e outros textos que possam contribuir com o debate.

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.

Diante desta temática proposta deverão ser feitos alguns questionamentos iniciais, tais como: para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar? O objetivo desta avaliação deverá ser a medida do que já foi realizado pela escola, se está longe ou perto de alcançar o que foi proposto, e com isso evidenciar os motivos do distanciamento ou proximidade, podendo assim replanejar as ações pertinentes com mais segurança. Porém, sem esquecer que esta metodologia deve ser utilizada tanto para a avaliação de aprendizagem como para avaliação Institucional, sempre dentro de um contexto, delimitando seus objetivos.

¹ Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>

A escola, na realidade, realiza várias avaliações em todo o âmbito escolar, ora de seus funcionários, ora da infraestrutura, porém, de modo informal. Por exemplo: Os professores são avaliados pelos alunos e pela diretora, a supervisora pelos professores, o prédio pelos demais funcionários da escola, o planejamento pedagógico pelas professoras e supervisora, a diretora pelos pais dos alunos observando se a escola esta sendo bem direcionada.

Além disso, como já foi relatado anteriormente, a escola adota vários métodos de avaliação de aprendizagem que oferecem resultados importantes para a gestão escolar, assim como para avaliação da Instituição que estão interligadas, pois o andamento da sala de aula poderá ser o reflexo da escola. Entretanto, com a avaliação Institucional a escola irá priorizar de uma maneira mais sólida a resolução dos problemas tanto na sala, como na escola, na comunidade e/ou na rede.

Diante dessa posição, se concretiza o entendimento que a escola deve ser avaliada em sua totalidade. Não se preocupando apenas com algumas mudanças na sistematização da avaliação da aprendizagem do aluno, sem pensar na possível transformação global da escola. Com isso se coloca um duplo desafio aos educadores:

- redirecionamento das práticas de avaliação da aprendizagem, com vistas a superar os desserviços e as inadequações dessas práticas, quando se tem como propósito a democratização da escola;
- e a construção de uma sistemática da avaliação da escola como um todo (SOUSA, 1999, p.2).

Segundo Souza et. al. (2005b, p. 1), “as práticas utilizadas nos processos de avaliação variam como variam as intenções que se têm com o seu uso”. Nesta perspectiva a avaliação institucional, procura sempre equilibrar os resultados que já foram alcançados com as metas e ações desenvolvidas e por qual motivo deram certo ou não, traçando sempre novas metas e ações de maneira democrática, visando o bem estar de todos os sujeitos inseridos na escola.

Para que o processo de avaliação institucional seja forte o suficiente para ajudar no aprimoramento das ações a serem desenvolvidas, deve apresentar algumas características como: Ser democrático, abrangente, participativo e contínuo; ou seja, respeitando a diversidade de pensamentos e ideias, alcançando os reais objetivos da escola, com a participação de toda a comunidade e sempre se reformulando de acordo com o seu desenvolvimento. Dessa forma, reforçando

sempre o potencial de toda a comunidade escolar, como responsáveis por seu próprio desenvolvimento (SOUSA, 1999).

Sendo assim, o colegiado da escola, que é a sua representação legal, formado pelos segmentos que compõem a comunidade escolar, através de seus representantes, tem inteira liberdade e condição de participar ativamente desta avaliação e de torná-la mais completa e democrática. Partindo do PPP (Projeto Político Pedagógico), do regimento escolar e das reuniões de pais, o colegiado pode acompanhar e avaliar tudo que acontece na escola nas diferentes dimensões quer sejam administrativas ou pedagógicas, com a intenção de orientar as ações da política da escola que é a gestão escolar, objetivando o replanejamento coletivo agora com mais clareza diante das informações obtidas na avaliação.

Neste contexto o colegiado precisa definir alguns elementos para direcionar a avaliação institucional, que podem ser chamados de indicadores. Tais indicadores, segundo Souza et al. (2005a) deverão ter como características a validade, isto é que seja relevante ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno; e a credibilidade que significa ser compreendido e opinado por todos os envolvidos do processo, para se tornarem ferramentas importantes na ação democrática. São muito úteis as discussões sobre a qualidade do trabalho e amparo às decisões sobre os nortes que tomará a escola.

Por esta razão, chamamos a atenção para a importância da escola e todos os envolvidos nela como, alunos, professores, supervisores, ajudante de serviços gerais, pais, diretores e colegiado, a tratem de uma maneira séria todo o processo da gestão, desde o surgimento de um problema à identificação de suas causas e consequências, adotando um processo de tomada de decisão participativa e de respeito entre os participantes, acompanhando e controlando até chegar à avaliação, a partir da qual, como estamos analisando, é possível dimensionar todo o esforço desenvolvido e os resultados que daí decorreram.

3. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR.

Para dar início à discussão sobre que perspectiva de avaliação institucional será necessária para esta escola, torna-se necessário dar respostas às seguintes indagações: Qual é o nosso projeto educacional? Qual é o nosso compromisso para com os educandos desta escola? Qual é a nossa visão sobre escola de qualidade?

O que é qualidade para nós? Quais os indicadores que devem orientar a organização dos nossos trabalhos escolares?

Na realidade, diversas vezes não temos clareza dos projetos que são desenvolvidos na escola, neste caso a avaliação pode mostrar um caminho e evidenciar até mesmo um projeto que já esteja acontecendo, para que possa ser melhorado, divulgado e ampliado.

Segundo os estudos da bibliografia analisada, Sousa (1999), diz que:

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (Sousa, 1999, p. 63).

A exploração deste tema tão importante, sugere às escolas que assumam, com transparência e responsabilidade sua auto-avaliação em consideração à condição em que se encontra. Ressaltando sua importância, principalmente quando consideramos que, tradicionalmente em nossa escola, a avaliação está vinculada à ideia de classificação, podendo representar-se como uma ameaça aos indivíduos. Verdadeiramente não é um modelo de avaliação a ser seguido, pois a sua prática não viabiliza nenhum fortalecimento de gestão democrática e educação igualitária ou de qualidade.

Ao desenvolver a auto-avaliação escolar o colegiado e a gestão acabam por estabelecer a melhor estratégia de acompanhamento, tendo uma noção da abrangência da avaliação de acordo com as possibilidades reais da escola. Com isso, além da avaliação de aprendizagem do aluno, faz-se necessário um acompanhamento periódico das demais dimensões do processo educacional, tais como: a estrutura organizacional administrativa e pedagógica coerente, a tomada de decisão democrática, o tempo e espaço favoráveis ao desenvolvimento do educando, as boas relações de trabalho tanto interno como externo, e o envolvimento da comunidade escolar no contexto social.

Quando a escola se dá conta da sua responsabilidade como a própria autora da qualidade, abrem-se as portas para a grande motivação de seus atores, com certeza de pertencimento àquela instituição, priorizando a ação social, problematizando as articulações importantes ao processo de educação. Nesta

perspectiva há o fortalecimento do colegiado escolar e da comunidade, estabelecendo a organização da avaliação institucional, juntamente com o projeto político-pedagógico, na expectativa de produtos de qualidade.

Segundo o autor Sérgio Haddad (2003, p. 5) “pensar a Educação como Direito Humano é reconhecer que a educação escolar implica no envolvimento da escola em toda a ambiência cultural e comunitária em que está inserida”. Sendo assim, este método de avaliação visa o aprendizado do aluno como seu direito. A escola busca cada vez mais aprimorar sua eficiência, contando com o comprometimento individual e coletivo com responsabilidade de uma ação social gerando assim a democratização da escola.

Com o fortalecimento da idéia da avaliação institucional, destacando as finalidades e características aqui estudadas, pressupõe-se que haja o engajamento do colegiado e da gestão escolar democrática. Com certeza, a perspectiva de avaliação aqui sugerida, não é algo que se viabiliza em curto prazo e sem impasses ou embates, pois sugere uma mudança da lógica que orienta de forma dominante a estrutura e a dinâmica da escola. No entanto é de grande valia enfrentar o gigante medo de mudança para vencer o desafio de construir um processo de avaliação capaz de contribuir para tornar realidade uma educação democrática e de qualidade. Esta metodologia de Avaliação Institucional vem abordando a importância do reconhecimento da escola, não só pelos seus gestores, mas por toda a comunidade escolar; vem despertando-os para que aconteça realmente a gestão democrática, reafirmando os conceitos da qualidade escolar, que de acordo com os autores Dourado, Oliveira e Santos (2007), é definida

envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação aprendizagem das crianças etc. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.6).

Voltando-se os olhares para os surgimentos dos problemas, descobrindo suas possíveis causas, analisando-as coletivamente, traçando metas para orientação do trabalho em todas as instancias, avaliando permanentemente as ações que deram certo e refazendo as que não deram certo. Fazendo todos os envolvidos da escola se sentirem pertencentes ao grupo de forma que tenham os mesmos ideais, com a mesma parcela de responsabilidade pelas ações de

aprendizagem, acontecendo de fato o controle social com vista na qualidade da instituição e a almejada gestão democrática.

A escola nunca pode subjugar as crianças como culpados de seu fracasso, fugindo de suas responsabilidades com o aprendizado. Afirmando este ideal vem surgindo a implementação da Avaliação Institucional nesta escola, trazendo muitos rumores, a favor e contra, movimentos e inquietudes que já eram esperados, uma vez que a proposta é a descentralização da gestão. O modelo que esta escola seguia num passado não tão distante é o de autoritarismo e hierarquia, tornando os laços solidários mais difíceis.

A convicção que se tem que esta pratica de avaliação torna-se um ato de compromisso, trará para a escola melhorias na qualidade e na pratica social.

Com base em textos lidos para esta pesquisa, pode-se garantir que com a avaliação institucional, os profissionais deixam de ser meros recursos humanos, comparados a recursos financeiros ou materiais, recuperando seu importante papel de protagonistas no efetivo aprendizado dos alunos (CECCIN 2005, *apud* SORDI, 2012).

Ao adotar essa medida, a escola em questão poderá adquirir uma nova roupagem, com profissionais dinâmicos, críticos e participativos, pois até então estão desmotivados pela mancha que os resultados insatisfatórios da escola (medido de forma convencional) trouxeram. Neste sentido, Sordi (2012) argumenta que quando todos da escola assumem um só objetivo no processo de aprendizagem, esses valores externos deixam de ter a importância maior, pois todos alimentam o ideal que é necessário melhorar do interior da escola pra fora, organizar e praticar as metas de acordo com o projeto político pedagógico em conjunto com o colegiado. Validando que na proposta democrática não pode haver quem manda ou quem é mandado, quem avalia e quem é avaliado. Todos têm a mesma parcela de compromisso dentro da escola.

Este será mais um ponto positivo na realidade desta escola, que poderá ter mais esta mudança na linha de pensamento da hierarquia, pois ainda se conserva a ideia, de que deve haver a pirâmide de obediência entre os segmentos que compõem a comunidade escolar. Com esta proposta de diálogo sugerida pela avaliação institucional, terá a oportunidade de desfrutar do convívio social sadio e de cooperativismo, onde a avaliação acontece naturalmente sem promover distanciamento.

A avaliação Institucional traz sua proposta equilibrada nos princípios de totalidade, continuidade e legitimidade (SORDI, 2012). Batendo de frente com a lógica de usar os resultados para benefício ou punição. Em sua totalidade o ideal é que se usem todos os resultados para o crescimento da escola. Mais um fator de muita importância para esta escola, porque este ano está passando por uma turbulência devido às críticas que vem sofrendo de seu órgão superior em função dos baixos resultados obtidos nas avaliações externas nos últimos anos. Quando estiver realmente vivenciando todo o processo de avaliação, este virá como um suporte na organização pedagógica.

Para ilustrar a pesquisa, estudou-se o modelo de implantação da Avaliação Institucional realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas, apresentada na pesquisa de Sordi (2012). Orientado por este modelo de implementação, chamado Projeto de Avaliação Institucional Participativo (AIP), a escola poderá realizar encontros com a comunidade escolar, discutir a proposta da avaliação, expor e trocar informações. Decidir quando e como será colocada em prática, sempre visando o bom desenvolvimento da escola numa visão democrática.

Outro passo apresentado por Sordi (2012) foi o de delimitar os espaços escolares para sua própria avaliação, através das chamadas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), que seriam desenvolvidas autonomamente por cada escola em articulação com seu PPP:

O Projeto de AIP proposto para a rede foca-se inicialmente na estratégia de realocização da avaliação no nível de cada escola (espaço micro) e designa o OP [Orientador Pedagógico] como o articulador deste trabalho junto à CPA local, constituída por representantes de todos os concernidos com a qualidade da escola pública, convocados ao trabalho coletivo. Observa-se que a forma de organização da rede se mantém. Porém, busca-se alterar a natureza do trabalho desenvolvido, fortalecendo as relações entre os atores (SORDI, 2012, p. 493).

No caso específico da escola pesquisada, pensou-se em envolver o colegiado como carro chefe de suas negociações ou articulações no projeto a ser desenvolvido, uma vez que este já existe e foi eleito pela comunidade local para representá-la na escola; porém permanecendo sempre atentos para que, caso ocorra a necessidade de criação de uma nova comissão, somente para o fim de prosseguir com o desenvolvimento da AI, seja feito de forma tranquila com a participação da comunidade. E ate mesmo se não houver esta necessidade de se formar uma nova comissão, é fundamental que o colegiado seja sempre aberto à todos os interessados em suas atuações como forma de organização, focados na

qualidade e promovendo um trabalho coletivo que fortaleça as relações entre os atores.

No avanço das etapas, depois de:

Construídas as condições políticas necessárias, avançou-se para a etapa de negociação das escolas com o poder central. A conversa entre as partes foi orientada pelo Plano de Avaliação encaminhado pelas escolas, destacando-se as metas pedagógicas por elas traçadas e que, a seu ver, mostravam-se dependentes do apoio central para sua consecução (SORDI, 2012, p. 500)

Sendo assim, na escola em questão, depois de realizado o trabalho de construção de metas para o ano letivo, será necessário avançar na priorização do tempo de realização, acesso aos projetos pedagógicos para todos os atores envolvidos no processo de aprendizagem, estabelecendo uma relação estreita com o PPP. As metas deverão ser monitoradas e renovadas periodicamente com transparência e princípio de controle social.

Para Sordi (2012) a equipe gestora tem um papel fundamental no desenvolvimento do projeto de Avaliação Institucional, já que ela é, em primeira instância, a garantidora do estabelecimento do projeto, além de uma constante mediadora em seu desenvolvimento.

Outros aspectos podem ser tratados pelo colegiado no ato da delimitação dos problemas tratados na Avaliação Institucional, de acordo com Navarro (2004), e também poderão ser úteis na elaboração de elementos avaliativos.

Sendo assim, o autor propõe questionamentos relacionados aos mais diversos âmbitos da escola para direcionar os objetivos da AI, que foram adaptados para a escola em questão: Qual a localização da escola no município? Qual é a expectativa de vida das famílias da comunidade? Qual é o grau de instrução dos pais dos alunos? Qual é o nível socioeconômico das famílias? Qual é a expectativa dos pais quanto à aprendizagem de seus filhos? Como é feito o planejamento pedagógico escolar? Como é a atuação dos professores, supervisora e diretora neste planejamento pedagógico? Como é o relacionamento da escola com a comunidade local? Os recursos recebidos pela escola são suficientes para atender suas necessidades? Como é a relação da escola com órgãos públicos do bairro e do município? E como é o desempenho dos alunos? Como os alunos são avaliados? Como os alunos administram seus resultados? (NAVARRO, 2004).

Estes exemplos são muito ricos na tomada de decisão que a escola fará.

Ao decidir que caminhos tomar, será necessário escolher também quais instrumentos utilizar na coleta de dados para a avaliação, qual será mais dinâmico e real, focando no objetivo da qualidade que se quer ter na escola em sua visão global.

Se for adotado o exemplo sugerido por Navarro (2004), a escola poderá elaborar um quadro de síntese para organizar as informações coletadas, dando condições de planejar o desenvolvimento da avaliação institucional e também visualizar alguns deslizes no processo pedagógico; poderá também delimitar as responsabilidades e um cronograma de acompanhamento.

O que se deve ter clareza é que não temos um modelo ou receita a ser seguida, cada escola tem sua história e necessidades específicas, que devem ser geridas de maneira coletiva e democrática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho é possível afirmar que a Avaliação Institucional será o ponto X da questão para a demanda da escola analisada, evidenciando em primeira mão que a responsabilidade da qualidade da educação almejada pela escola é de todos os seus atores, colocando a gestão como ponto de apoio nesta mediação com seus vários segmentos.

É possível mudar as definições de resultados considerados insatisfatórios pela sociedade e pelos órgãos superiores com relação a esta escola, usando a metodologia de escolhas acertadas para as diversas fases do processo de aprendizagem sem procurar culpados, mas sim possíveis soluções.

Sem utopias é possível também escolher metodologias pedagógicas que mudem a visão que se teve até então de avaliação, sem punições ou exaltações desnecessárias, fazendo assim com que aconteça harmonia no contexto social.

E por fim abrem-se tantas possibilidades de acontecer a gestão democrática de forma simples e eficaz, analisando, escolhendo, monitorando e reorganizando as ações que concretizem a qualidade tão almejada e com isso a excelência na aprendizagem de suas crianças.

REFERÊNCIAS :

DOURADO, L. F. ; OLIVEIRA, J. F; SANTOS, C. A. . **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Série Documental (INEP), Brasília, v. 24, n.22, p. 05-34,

2007. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13290>, acesso em 28/05/2013.

HADDAD, S. . O Direito à Educação no Brasil. Recife: **Projeto Relatores Nacionais em DhESC**, 2003. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13303>, acesso em 28/05/2013.

NAVARRO, I. P. Avaliação: o processo e o produto. In: **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13332>, acesso em 28/05/2013.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação Institucional: elementos para discussão. Este texto reproduz parcialmente a palestra realizada pela autora no Seminário "O ensino municipal e a educação brasileira", promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 04/08/1999. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13332>, acesso em 28/05/2013.

SOUZA, A. R. de; *et al.* Avaliação institucional: avaliação da escola como instituição. In: Caderno 4 da **Coleção Gestão e avaliação da escola pública**. Curitiba: Ed. da UFPR; MEC/SEB. 2005a, p.32-38. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13332>, acesso em 28/05/2013.

_____. Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação. In: Caderno 4 da **Coleção Gestão e avaliação da escola pública**. Curitiba: Ed. da UFPR; MEC/SEB. 2005b, p.17-22. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13332>, acesso em 28/05/2013.

SORDI, M. R. L. de. Implicações ético-epistemológicas da negociação nos processos de avaliação institucional participativa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 485-510, abr.-jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a09v33n119.pdf>, acesso em 05/06/2013.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL FLORES DO CAMPO**

**ELIANE MARIA JOSÉ SENA
MARIA LÚCIA SANTOS
RAQUEL DIAS GOMES**

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL FLORES DO CAMPO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Marielle Morais Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | <u>03</u> |
| 1. FINALIDADE DA EDUCAÇÃO | <u>07</u> |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | <u>08</u> |
| 2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA | <u>08</u> |
| 2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA..... | <u>09</u> |
| 3. CURRÍCULO | <u>10</u> |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES..... | <u>11</u> |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO..... | <u>12</u> |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO..... | <u>13</u> |
| 7. AVALIAÇÃO | <u>14</u> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | <u>15</u> |
| REFERÊNCIAS..... | <u>16</u> |

1-INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Flores do Campo² ao elaborar seu Projeto Político Pedagógico, em 2013, tem como prioridade a formação holística do aluno, preparando-o para atuar na sociedade como mulheres e homens de bem, com participação ativa, reflexiva e crítica que leva à transformação das realidades na construção de um mundo melhor, intervindo e trabalhando as possíveis causas que alimentam os problemas que impedem o percurso bem sucedido da comunidade.

A Escola oferece para a comunidade local os anos iniciais de alfabetização do Ensino fundamental, no turno matutino funciona os quartos e quintos anos e no turno vespertino o primeiro ano, o segundo e o terceiro ano de ensino fundamental. Dessa forma a escola propõe a trabalhar as questões fundamentais dentro de um currículo complexo e inovador, buscando a interdisciplinaridade entre os conteúdos das diversas áreas de conhecimento, através dos eixos e capacidades específicas à aquisição da leitura, escrita, análise, interpretação de textos, cálculos, raciocínio lógico matemático juntamente com a formação humana, afetiva, social, moral, intelectual, cultural e política.

A preocupação dos profissionais da instituição é oferecer uma educação de qualidade, com um ambiente acolhedor e agradável, conhecendo a realidade de cada aluno, buscando uma relação mais íntima com a família e comunidade, na perspectiva do trabalho coletivo.

A escola zela pelo cumprimento das Leis Educacionais que a regem, neste sentido as práticas pedagógicas estarão amparadas na Resolução da Secretaria Estadual nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, estabelece que:

As Escolas da Rede Municipal de Ensino adotarão, como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com a racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações

² Foi adotado um nome fictício para resguardar a privacidade da escola e de seus integrantes.

culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Parágrafo único. Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando. (SEE/MG-2012)

Quanto à proposta pedagógica da escola para cada ciclo do Ensino Fundamental, a escola segue também a resolução proposta para um bom desenvolvimento do aluno e assegurar universalização ao ensino, de acordo com a Resolução 2197/2012, a organização do ensino fundamental organiza-se :

I - 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II - 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III - 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

§ 1º Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

§ 2º Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 62 O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

§ 1º Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

§ 2º Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os

alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Art. 63 A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Art. 64 Na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia devem ser abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

II - A questão ambiental contemporânea deve ser abordada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

III - O Componente Curricular Arte deve oportunizar aos alunos momentos de recreação e ludicidade, por meio de atividades artísticas culturais.

VI - O Ensino Religioso deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz.

Art. 65 A Escola deve, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos alunos. (SEE/MG-2012)

Para cumprir os objetivos propostos os professores devem estar sempre se atualizando através de encontros com outros professores, cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Superintendência Regional de Ensino .Os professores do ciclo inicial de alfabetização irão participar em 2013,de um curso oferecido pela SEE, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que tem com prioridade a alfabetização do alunos até 08 anos de idade.O governo disponibilizará materiais didáticos voltados para alfabetização,livros literários, melhorias para a gestão e bolsa de auxilio para os professores.

A Escola Municipal Flores do Campo, foi criada pelo decreto nº 1. 249 de 18 de setembro de 1989 e autorizado o seu funcionamento pela portaria 09/89, publicada no diário MG de 03/09/89 tendo prédio próprio, situado à Rua Belo Horizonte, 89, Bairro Bromélias em Itamarandiba, onde a comunidade é de poder aquisitivo baixo e a maioria das pessoas não possui ensino fundamental completo. Encontra-se em boas condições de funcionamento. Possui uma cozinha com um fogão industrial, um congelador pequeno e um freezer. Cinco salas de aula bem

amplas com quadros e mobiliários em bom estado de conservação. Uma sala de leitura pequena e com poucos livros literários. Um salão de reuniões. Uma secretaria e diretoria equipadas com computadores e internet. Um pátio com mobiliário próprio para as refeições e uma sala com computadores e acesso a internet para uso dos alunos. Oferece o ciclo inicial e complementar da alfabetização do ensino fundamental.

Atualmente, a Escola Flores do Campo está funcionando com cinco turmas de ciclo complementar da alfabetização do Ensino Fundamental no turno matutino ministrando quatro horas e dez minutos de aulas diárias incluindo Educação Religiosa e Educação Física. No turno vespertino são cinco turmas de ciclo inicial da alfabetização do Ensino Fundamental ministrando quatro horas e dez minutos de aulas diárias incluindo Ed. Religiosa e Ed. Física.

Em 2013, encontram-se matriculados e freqüentes nesta instituição duzentos e trinta alunos ao total, sendo cento e trinta e nove alunos no turno matutino divididos em: quarto ano A (ciclo complementar) com trinta e um alunos, quarto ano B(ciclo complementar) com vinte e nove alunos, dois quintos anos A e B (ciclo complementar) com vinte e seis alunos e o quinto ano C (ciclo complementar) com vinte e sete alunos. No turno vespertino são noventa e um alunos divididos em: primeiro ano (ciclo inicial) com dezessete alunos, segundo ano A (ciclo inicial) com vinte e um alunos, segundo ano B (ciclo inicial) com dezenove alunos, terceiro ano A (ciclo inicial) com dezoito alunos e o terceiro ano B(ciclo inicial) com dezesseis alunos.

A escola oferece educação em tempo integral para 64 alunos, que ficam na escola 07 horas diárias. O problema enfrentado nessa modalidade de educação é a falta de espaços adequados para realização das atividades como esporte, artesanato, entre outros.

O planejamento dos professores é realizado por eles de acordo com os eixos e capacidades, que são organizados anualmente, divididos bimestralmente e reestruturados semanalmente ou diariamente de acordo com nível de desenvolvimento de cada turma.

O calendário escolar é elaborado pela equipe de gestão e Conselho escolar, posteriormente é analisado e provado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional Ensino .

A disciplina da escola de uma forma geral é mantida pela gestão escolar,

baseada no regimento da escola, e cada funcionário é responsável pela qualidade de seu trabalho.

A participação dos pais na escola ainda está defasada. Geralmente os pais que acompanham seus filhos diariamente são os que participam de todas as atividades realizadas pela escola. Portanto, a escola tem como objetivo a conscientização sobre a importância da família na escola e já vem realizando monitoramento, dinâmicas para diversificar as reuniões e reconhecimento aos pais que sempre participam das atividades escolares.

1-FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), trazem em seus textos o relato que “O Estado é responsável pela garantia do direito à educação de qualidade.” E para que a qualidade da aprendizagem ocorra de forma satisfatória, faz-se necessária uma reestruturação na gestão das escolas públicas brasileiras.

Diante das transformações ocorridas no âmbito econômico, social, político e cultural, a escola vem sendo questionada acerca de suas funções, pois, o panorama mundial, desenhado pela globalização e pelo capitalismo cria novas demandas e exigem dos profissionais da educação uma mudança de postura e a criação de novos métodos de ensino que atendam indivíduos com novos hábitos e costumes onde a tecnologia se faz presente. A escola precisa direcionar suas finalidades educativas para os interesses do mercado mundial que requer trabalhadores flexíveis e polivalentes, capazes de acompanhar as mudanças que ocorrem rapidamente e simultaneamente em todo o mundo. Nas últimas décadas, a educação foi reposicionada como prioridade para os governantes na América Latina. Atitude esta, que possibilita a implantação de políticas voltadas para a qualidade e a equidade da educação, através de uma gestão democrática, descentralizadora e autônoma.

A escola tem como meta a igualdade de direitos entre cidadãos, baseados nos princípios democráticos, respeitando as diversidades culturais, regionais, étnicas e políticas, onde a educação possa atuar decisivamente no processo de construção

da cidadania. Por isso, trabalha com a idéia de difundir nos educandos os valores: respeito, solidariedade, honestidade, disciplina, diálogo, amizade, entre outros, pois os mesmos foram assolados na sociedade contemporânea.

A criação dos conselhos escolares com a participação das comunidades escolar e local, dos docentes e profissionais da educação facilita a redemocratização do ensino através da construção e execução coletiva do projeto político pedagógico. Ações como a elaboração do calendário escolar, discussão das formas de recuperação, socialização do rendimento escolar dos alunos, estabelecimento e monitoramento das metas de ensino da instituição contribuem para a uma educação adequada à realidade social a qual a escola está inserida.

A gestão democrática do ensino público e a autonomia pedagógica das unidades escolares estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9394/96. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2001), "é promover a participação da comunidade na gestão das escolas".

O ensino fundamental de nove anos foi implantado de acordo com o parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Com o objetivo de ampliar e intensificar gradativamente o processo educativo com qualidade social e também dando a oportunidade de aprender através do desenvolvimento do domínio da escrita, leitura e cálculos.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Flores do Campo possui 100% dos seus profissionais habilitados, em formação continuada, aptos a desenvolver seu trabalho com segurança e com práticas pedagógicas capazes fomentar a criatividade e direcionar a construção do conhecimento.

A instituição conta com um quadro funcional de treze professores - PEB I, sendo que onze deles são efetivos, todos com mais de dez anos de experiência, todos graduados e pós-graduados na área da educação. No turno matutino os professores atuam no ciclo complementar conforme sua maior experiência e conveniência pedagógica as professoras de Educação religiosa, professor assistente e de Educação física ministram suas aulas nos dois turnos em horários estipulados pela escola. No turno vespertino as professoras foram previamente selecionadas e

em concordância com ambas as partes atuam no ciclo inicial de alfabetização respeitando o perfil adequado de cada turma e professor. A escola conta ainda com o auxílio de professores que se encontram em ajustamento funcional na organização da secretaria escolar exercendo a função de auxiliar de secretaria, professor recuperador e auxiliar de leitura.

Os auxiliares de serviços gerais são seis, três efetivos e três designados divididos nos dois turnos, são comprometidos com os seus trabalhos e também ajudam no trabalho de socialização que a escola vem realizando.

A escola comporta somente uma especialista da educação básica, efetiva. A mesma cumpre sua jornada de trabalho de quarenta horas nos Módulos I e II.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Gestão pedagógica na unidade escolar é organizada pela diretora da escola graduada e pós-graduada na área da educação, com vinte e sete anos de experiência no ensino fundamental, onde participa das orientações proferidas pela SRE e SME, repassando através de reuniões administrativas e pedagógicas periodicamente ou toda vez que houver necessidade com todos os funcionários de ambos os turnos, além de realizar todas as tarefas na parte administrativa. No turno matutino as práticas pedagógicas específicas são direcionadas pela pedagoga em conjunto com as professoras em encontros e visitas às salas de aulas. A vice-diretora também graduada e pós-graduada na área de educação com experiência de dezenove anos nos anos iniciais de alfabetização e também em supervisão pedagógica, além de outras atribuições delegadas pela gestora, em conjunto com a diretora realizando encontros com os professores e visitas nas salas de aulas para o efetivo acompanhamento do desenvolvimento pedagógico.

A escola vem promovendo eventos como: festas, apresentações culturais, palestras em parceria com instituições municipais ou estaduais, com a intenção de aproximação da família escola. A comunidade ainda cultiva a cultura que a educação é responsabilidade somente da escola. A escola pode observar alguns avanços ainda tímidos em relação à presença total de pais.

A metodologia adotada na escola é sugerida pela equipe de analistas da SRE e especialistas da SME, posteriormente é analisada pela gestão pedagógica e professores e ajustada adequadamente as necessidades reais da instituição.

Esta instituição vem realizando um projeto de informática, principalmente nos

anos iniciais, onde o próprio professor regente ministra uma aula de 50 minutos por semana.

Os planos de aulas são feitos pelos professores diariamente ou semanalmente, de acordo com os eixos e capacidades propostos pela SEE nas Matrizes de referência do ano em que está atuando, são materiais de apoio para o professor: o guia de alfabetização, os livros didáticos e outros.

3. CURRÍCULO

O currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico político pedagógico, pois este viabiliza o processo de ensino aprendizagem, e aliado à realidade da instituição, define o ponto de partida das práticas pedagógicas. Para Moreira e Silva (1997), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. (MOREIRA E SILVA 1997, p. 28). Para Sacristán (1999)

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições. SACRISTÁN (1999, p. 61).

É possível notar que tanto na visão de Sacristán como na visão de Moreira e Silva, o currículo é o solo fértil no qual o trabalho pedagógico deve ser cultivado com organização e flexibilidade, possibilitando a ligação entre escola e sociedade, cultura e construção de identidades.

Nessa perspectiva, a Escola Municipal Flores do Campo constitui seu currículo baseado na realidade local. Os conteúdos ministrados como base comum da SME são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Inglesa, Literatura, Artes, Educação Religiosa, Educação Física e como Parte diversificada: Informática Educacional, Saúde e Meio ambiente. Art. 56 da Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 diz que

O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando. (SEE, 2012).

Portanto, o currículo deve voltar-se para as reais necessidades do aluno numa visão ampla, deve ser flexível despertando no aluno a participação, a criatividade garantindo o êxito do processo educativo na formação do ser humano

onde desenvolva habilidades, atitudes, competências, valores contextualizando os conhecimentos não só para a vida escolar, mas para a vida em sociedade no exercício da cidadania. Abolir preconceitos, trabalhar a solidariedade com espírito de coletividade, o respeito com próximo e o meio ambiente, conscientizando aos alunos para serem agentes transformadores do meio em que vivem, tornando a aprendizagem significativa abordando todos os conteúdos de forma interdisciplinar.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quanto à organização dos tempos escolares, o calendário é elaborado pela equipe pedagógica da secretaria Municipal de Educação e adequado à realidade da escola pelos Conselhos Escolar. A Secretaria Municipal de Educação baseia-se nas normas estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 que, por sua vez, baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96:

O Calendário Escolar deve ser elaborado pela Escola, em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

§ 1º Serão garantidos, no Calendário Escolar, o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais. (SEE,2012).

A jornada diária e de 4 horas diárias e 10 minutos de intervalo para lanche. Para otimizar o tempo em sala de aula, cada professor organiza um quadro de horários que, de acordo com a grade curricular, organiza o tempo destinado a cada disciplina diariamente. A rotina conta também com interdisciplinaridade e a flexibilidade para atender às necessidades. Pois para Petitat (1994) “A vida escolar não segue o ritmo de promoções anuais e de exames destinados a verificar a assiduidade do estudante e afastá-lo em caso de mau resultado.” (PETITAT, 1994, p. 60). Para isso, é preciso adequar rotina e flexibilidade para não deixar de atender o alunos em suas especificidades, mas também não cair no descaso com a organização do tempo em sala de aula.

E para Teixeira (1999)

Somos seres rítmicos, viventes num contexto polirrítmico que abarca das batidas do coração aos compassos musicais; da respiração aos rítmicos indicados nos calendários. Das cadências das ondas do mar,

aos compassos das interações sociais; dos ritmos do crescimento das plantas aos das aprendizagens humanas; dos períodos do sono e da vigília às cadências do trânsito e das comunicações humanas. Uma combinação rítmica que exprime a coexistência de múltiplas temporalidades e a imbricação dos tempos da natureza humana e inumana em nossas vivências temporais (TEIXEIRA, 1999, p. 91).

Quanto à organização dos espaços, os alunos utilizam com tranquilidade todos os espaços como sala de aula, pátio, refeitório, laboratório de informática, biblioteca, corredores. Embora não seja um espaço totalmente adequado para acessibilidade, não problemas com a locomoção e ocupação dos espaços destinados às atividades escolares.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O processo de decisão é algo complexo nas instituições escolares. São essas decisões tomadas em tempo hábil e com as ações corretas que determinam o bom funcionamento da escola.

O processo de tomada de decisão, para Bazerman (2004), “é baseado em um conjunto de premissas que determinam como uma decisão deve ser tomada e não como a decisão é tomada”. (BAZERMAN, 2004.p.16.) esse como tomar uma decisão às vezes dificulta o direcionamento e o funcionamento das ações quando dependem apenas de um indivíduo. Por isso a importância da gestão compartilhada, democrática, onde as discussões traçam um direcionamento das decisões a serem tomadas.

A equipe gestora da escola Municipal Flores do Campo desenvolve um trabalho coletivo e o processo de tomada de decisão pauta-se em pontos de vista dos diferentes segmentos da comunidade representados pelo Conselho Escolar e da Diretoria da Unidade Executora. O Decreto Municipal 3238/2012,

O conselho Escolar é um órgão construtivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador, para assuntos administrativos, pedagógicos e comunitários, cujas decisões servirão de recomendação para a gestão da Unidade Escolar. (DECRETO 3238/2012, ART.1º)

O papel do Conselho Escolar é fundamental para garantir a democratização da gestão educacional e sua eficácia, garantindo que a finalidade da educação seja cumprida. Pois, o Conselho Escolar constitui o elo entre todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento sendo um instrumento de tomada de decisões coletivas, visando a satisfação do todo.

A escola está inserida em uma comunidade periférica e atende uma grande diversidade de pessoas com interesses semelhantes, porém cada um com suas necessidades específicas, exigindo da instituição flexibilidade e agilidade nas tomadas de decisões. Decisões essas que devem representar a vontade de todos os segmentos, assim como atender as especificidades de cada um deles.

Nesse sentido, o trabalho dentro a instituição requer descentralização de poder, organização, planejamento coletivo das ações desenvolvidas no dia a dia e a priorização das demandas conforme as decisões do grupo. Para tanto, esse grupo precisa de pessoas dispostas a discutir, opinar, confrontar opiniões e chegando a uma decisão que atenda não apenas um determinado grupo, mas toda a comunidade escolar, especialmente o aluno. Da mesma forma, problemas que norteiam o ambiente escolar devem ser discutidos, para que vislumbrados de diferentes pontos de vista, tenham soluções eficazes para sua resolução.

Além disso, as decisões tomadas pelo grupo (Equipe Gestora, Conselho Escolar e Unidade Executora) devem levar em consideração o regimento escolar e também a rede municipal de ensino que tem seus princípios ligados aos da Secretaria Estadual de Educação e nas leis que regem o país.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Flores do Campo, apresenta uma composição de educandos com uma enorme bagagem desfavorável à solidariedade, ao desenvolvimento dos valores éticos e morais para uma convivência saudável em sociedade.

Os profissionais da escola em geral se movem diariamente para reverter o quadro desta realidade dentro da escola. Constantemente reúnem-se para elaborar projetos de acolhimento para os alunos, estratégias de incentivos e rodas de conversas destacando a importância dos valores para uma boa convivência. Com objetivo de plantar a semente da solidariedade e frutificar em seus lares.

As famílias dos alunos mais carentes não mantêm nenhum tipo de relação com a Escola, tornando um pouco mais difícil o trabalho de socialização que a escola vem desenvolvendo ao longo dos anos.

Em relação ao convívio dos funcionários da escola é harmônica, cada um cumprindo sua função, com um único objetivo o desenvolvimento pleno do aluno.

A equipe de professores é graduada, mas a formação continuada e a capacitação constante são assuntos complexos. Embora todos busquem cumprir as metas estabelecidas pela equipe, a escola convive com a necessidade de estabelecer um sistema nacional para a formação continuada de professores capaz de abranger contingentes necessários para suprir a escolarização básica nacional.

E a realidade dos professores é realmente esta, a busca continuada por aperfeiçoamento profissional. Todos graduados e pós-graduados participam de cursos de aperfeiçoamento sempre e mesmo assim a valorização não acontece como gostariam, tanto no âmbito político como no âmbito da comunidade escolar.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica, leva em consideração o desenvolvimento global do educando. Para isso deve assumir um caráter processual, formativo e participativo visando não só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos. Não basta apenas o aluno estar na escola, ele precisa aprender. E para saber se a qualidade do ensino atende às necessidades desse aluno, é necessário avaliar continuamente para diagnosticar as dificuldades e saná-las enquanto há tempo. Para Caldeira (2000)

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vácuo conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 2000.p. 122)

Partindo desse pensamento, as avaliações da Escola Municipal Flores do Campo são realizadas de diversas formas e com objetivos diferentes. Quando os professores trabalham um conteúdo, geralmente a avaliação da aprendizagem é feita diariamente ou no final de cada aula na intenção de haver uma intervenção imediata. Outro método de avaliação usado pela escola é a avaliação bimestral onde é medido o desenvolvimento ou a consolidação das competências trabalhadas no bimestre. São atribuídos conceitos de acordo com o resultado obtido e, com base na matriz de referência dessa avaliação, acontece a intervenção pedagógica de acordo com a dificuldade de cada aluno. O rendimento dos alunos dessa instituição também

é avaliado pelas avaliações externas: PROALFA, PROEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil. Os resultados são apresentados aos pais dos alunos através do boletim escolar em reuniões bimestrais. Os resultados das avaliações externas também seguem o mesmo padrão de resultados das avaliações internas ainda não são satisfatórios. Porém, através do empenho dos profissionais da escola, com a participação e o acompanhamento das famílias e com aulas de intervenção pedagógica serão possíveis resultados satisfatórios.

No encerramento do ano letivo, os alunos que não alcançaram os objetivos propostos fazem e os estudos independentes de recuperação. A escola deve comunicar aos pais, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim as políticas educacionais precisam ser coerentes com as necessidades da sociedade. Para isso tanto gestores educacionais, quanto professores e equipe pedagógica cumpram o seu importante papel em suas instituições usando seu conhecimento acadêmico e de aperfeiçoamento num contexto democrático, fazendo com que aconteça a escola cumpra suas finalidade, buscando parcerias com comunidade local, e principalmente com as famílias, tornando uma gestão transparente e com objetivos comuns a todos e o mais importante, que o aluno tenha um desenvolvimento pleno e seja preparado para viver e conviver no mundo globalizado.

Quanto ao quadro de ensino-aprendizagem e diante da perspectiva de se atingir um patamar evolutivo torna-se imprescindível voltar nossos olhares para a prática didática- pedagógica, viabilizando meios e articulando estratégias de elevar a baixa autoestima do aluno e de profissionais. Esse compromisso deve abranger toda a comunidade escolar para que se possam alcançar as metas previstas para este educandário.

REFERÊNCIAS

BAZERMAN, M.H. **Processo Decisório: para cursos de Administração, Economia e MBAs**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

BRASIL.Ministério da educação-MEC. **Indicadores da qualidade na Educação**.São paulo.Ação Educativa,2004.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB 9394/96**, Brasília; 1996.

_____, **Plano Nacional de Educação**, Brasília; 2001.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual Educação. **Resolução 2.197**. Belo Horizonte, outubro de 2012.

_____, Secretaria Municipal de Educação de Itamarandiba. **Decreto nº 3238/2012**. Itamarandiba, 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Parecer CNE/CEB nº 11/2010 – **Diretrizes Curriculares para o ensino Fundamental de 9 (nove) anos**.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. **Cadências escolares, ritmos docentes**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87-108, jul./dez. 1999.